

# MEMÓRIA CAMPINEIRA

## A CAMINHO DE UMA CATEDRAL

Celso Maria de Mello PUPO

Campinas não teve só progresso econômico; a sua riqueza permitiu também um progresso artístico, e a sua primeira obra de arte, que a celebriza, nasceu do seu espírito religioso. Foi o mesmo sentimento religioso que deu à humanidade grandes obras monumentais, nascidas da devoção, como um oferecimento a Deus, como uma memória de reconhecimento, como uma oferta e sacrifício em pecúnia.

De uma aspiração coletiva nasceu a nossa catedral. Em 1801, já se cogitava de uma nova matriz; o bispo, Dom Mateus de Abreu Pereira, em visita pastoral, deixou orientação ao vigário para construir nova igreja, e a gente de Campinas, reunida aos 6 de outubro de 1807, decidiu a construção de uma igreja grandiosa, em lugar alto e a cavaleiro da vila, financiada pelos senhores de engenho e demais proprietários rurais, que para ela dariam dez por cento de sua produção do ano em curso e cinco nos anos seguintes.

Com Filipe Neri Teixeira, eleito para a direção, marcaram-se as fundações de uma igreja que nunca significaria as necessidades de uma pequena vila; as fundações eram para uma vasta catedral, a que hoje admiramos com sua vasta nave acrescida da capela-mór. A largura da nave se harmoniza com uma altura de 21 1/2 metros.

Coberta a igreja em 1845, já seriam possíveis os trabalhos internos; o riquíssimo português Antônio Francisco Guimarães, de alcuna o "Bahia", fez vir da província da Bahia um entalhador, artista que poderia produzir, em Campinas, maravilhas como as da sua província.

Esse artista, Vitoriano dos Anjos Figueiroa, com os seus discípulos, iniciou a grande obra de entalhe da nossa catedral.

O baiano não podia deixar de ser um artista bem integrado no estilo barroco. Confrontando os entalhes da nossa catedral com a obra baiana, aliás, talha recoberta e dourada como a generalidade destas obras no Brasil, torna-se evidente a afinidade dos entalhes de Campinas com a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Salvador.

Um confronto atento da capela-mor do Pilar com a de Campinas leva à conclusão de que o projeto seria o mesmo e de que a execução em Campinas foi completa. Vitoriano dos Anjos possivelmente tenha trabalhado na capela do Pilar entre 1828 e 1832. Trouxe para Campinas o projeto, que poderia ser de sua autoria, destinado à igreja baiana, mas de execução fracionada; executou-o em nossa terra com o altar-mor fechado no alto por duas coroas (o do Pilar só tem uma), e, como encontrou em nossa matriz nova maior altura do forro, deu-lhe outra grandiosidade, executando o projeto integralmente e com maior beleza e bom gosto.

Vitoriano dos Anjos veio para Campinas em 1853 e talhou o grande altar-mor que se compõe de uma semi-círculo de colunas, circundando, pelos lados e pelo fundo, uma seqüência de plataformas circulares, em pirâmide que se ergue no centro, sustentados umas sobre as outras por frontais lindamente entalhados, aproximando-se, no alto, de duas coroas sobrepostas às colunas circundantes, como um baldaquino, tudo entalhado. As colunas são toras de cedro campineiro que “o homem colheu na mata, brutas e informes, transmudadas em graciosas suportes, delicados e esbeltos, elegantes no encanto de curvas e rebaixos perfeitos, interrompidos por grinaldas e diademas; a cornija esculpida sustenta braços recurvados que alçam as coroas engrinaldadas de rosas e folhagens”. Fez Vitoriano as rendas das grades das tribunas, do coro e dos púlpitos, estes como dois ostensórios de filigrana e suportes magníficos.

Os altares laterais encimados de anjos voantes, fez Bernardino de Sena Reis e Almeida; são seus, ainda, os altares das duas capelas laterais e os altares da nave. Iniciados os trabalhos por Vitoriano em 1853, trabalhou ele até 1861, e Bernardino de 1862 a 1865, completando

a obra maravilhosa de entalhe nu, obra rara em nosso país, que conta com a quase totalidade dos entalhes, recobertos de pintura e ouro.

(**Campinas, seu berço e juventude**, 200-203. Campinas, 1969 (Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 20)

\*

## RASTREANDO O COTIDIANO CAMPINEIRO

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

É, de fato, o que procura fazer Celso Maria de Mello Pupo em seu segundo livro sobre o passado campineiro (**Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983), oferecendo-nos contribuição assaz significativa para a história social, apresentando-se-nos, ainda, como uma das mais belas realizações gráficas surgidas em nosso país.

O A. centraliza suas observações e análises na Campinas Imperial (como o título o indica), mas transporta-nos, inicialmente, aos meados do século XVIII, quando Barreto Leme e seus companheiros, procedentes do Vale do Paraíba, fixaram-se na região onde, já nos fins do setecentismo, surgiram os primeiros lineamentos do que veio a ser a grande cidade dos nossos dias. Em linguagem agradável, perpassa por todos os ciclos sócio-econômicos que marcaram a bissecular evolução de Campinas.

Enfatiza o A., com minuciosa descrição, o espírito religioso, o meio rural e o urbano, a vida familiar e a política, os sesmeiros e latifundiários, os tipos das sedes rurais, os paços imperiais e os palácios da cidade, os barões do café e sua vida pródiga, o mobiliário e os utensílios domésticos, o florescimento da indústria.

Interessante sua observação no que tange à moradia no campo, “como uma imposição de trabalho, que acabou por transformou-se em hábito elegante dos grandes proprietários de Campinas como de outras regiões paulistas... Sem qualquer vínculo legal do imóvel, ele mesmo vinculou sua vida e sua família às terras do engenho, e passou a viver do poderio de seu imenso território, na comodidade de seus vastos solares. Depois o café mais aumentou seus haveres, levando-os para os sobrados urbanos” (p. 157-158).

Enfim, o que o A. procurou fazer, foi uma história do cotidiano, quase nos moldes dos volumes que integram a magnífica coleção francesa *La vie quotidienne*, tão conhecida dos estudiosos de História. Com pequenas modificações, que afetariam não tanto o conteúdo, mas, principalmente, o método e a disposição da matéria, teria Mello Pupo elaborado uma obra que bem poderia intitular-se “A vida cotidiana em Campinas ao tempo do Império”. E sabemos nós que a história cotidiana, ao contrário do que parece à primeira vista, não é fácil, pois exige, além do espírito de pesquisa, o critério no tratamento das fontes, uma cuidadosa avaliação da documentação ilustrativa e, também, lúcido discernimento na apreciação dos valores.

Encerra o livro excelente documentário, riquíssima iconografia, fotografias bem variadas, desde titulares do Império até sedes de fazendas e objetos de uso doméstico, além de extensa a bibliografia. Parece-nos ser, de fato, a primeira vez que numa pesquisa histórica referente a Campinas se utilizam coleções particulares, inclusive do próprio autor. E quanto ao fato de ter-se o “filão” revelado magnífico, cremos não restar a menor dúvida.

Constitui-se, portanto, a nosso ver, num ponto de partida para todos os estudiosos da Ciência Histórica, que doravante têm a seu dispor valioso material para um reestudo da história campineira, à luz do revisionismo historiográfico contemporâneo, atendendo aos critérios técnico-metodológicos que a ciência nos impõe naquele interação constante e interminável entre passado e presente.